



Monia Cavalcanti de Souza
Viviane Toraci Alonso de Andrade

IX ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 07: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EXPERIMENTAÇÕES, TEORIAS E METODOLOGIAS
PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS APLICADAS ÀS AULAS DO NÚCLEO DE GÊNERO DA
EREM PROF. CÂNDIDO DUARTE

São Paulo, São Paulo

2025





METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS APLICADAS ÀS AULAS DO NÚCLEO DE GÊNERO DA EREM PROF. CÂNDIDO DUARTE

Monia Cavalcanti de Souza ¹
Viviane Toraci Alonso de Andrade ²

RESUMO

Esta experiência apresenta parte de trabalho de conclusão de curso com o tema “Formas de desigualdade ligadas a gênero no mundo do trabalho” e foi aplicada como uma sequência didática, utilizando o tempo pedagógico de uma disciplina eletiva. Contou com a participação de 40 estudantes do ensino médio, dos 1º, 2º e 3º anos, entre 15 e 17 anos, da Escola de Referência em Ensino Médio Professor Cândido Duarte, localizada na Região Metropolitana de Recife, no período do segundo semestre de 2023. Buscamos, com a realização deste trabalho, fornecer elementos para que os/as estudantes pudessem se apropriar das teorias de gênero a partir de uma proposta pedagógica capaz de favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico e, desse modo, contribuir para uma sociedade mais inclusiva. Focando em uma aprendizagem significativa, propomos a utilização de metodologias participativas como ferramenta para o envolvimento ativo dos(as) estudantes em processos de produção de conhecimento. De acordo com a proposta de roteiro e produção realizada pelos(as) estudantes, pudemos analisar a mensagem que pretenderam transmitir, uma vez que refletiram sobre a temática abordada na intervenção e desenvolveram suas ponderações para concretizar seu argumento na construção do produto audiovisual, além de desenvolverem e aprofundarem seus conhecimentos sobre as questões de gênero no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Gênero, Desigualdade de gênero, Interseccionalidade, Escola.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho de conclusão de curso³ consistiu na aplicação de uma sequência didática na Escola de Referência em Ensino Médio Prof. Cândido Duarte, utilizando o tempo pedagógico de uma disciplina eletiva. Pensando em metodologias participativas aliadas a estratégias que promovam uma aprendizagem significativa, propomos acionar as técnicas da produção audiovisual e outras propostas pedagógicas, a saber, produção de cartazes, debates e jogos como ferramentas para o envolvimento ativo dos(as) estudantes em processos de produção de conhecimento. Assim, buscamos compreender quais os elementos que

1 Mestre em Sociologia pelo Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – FUNDAJ, professora da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, mulher cisgênero, branca, Recife-PE, monia.cavalcantis@email.com

2 Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco, Analista de C&T na Fundação Joaquim Nabuco, mulher cisgênero branca, Recife - PE, viviane.toraci@fundaj.gov.br

3 Trabalho de conclusão de curso na modalidade intervenção pedagógica apresentado ao Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional da Fundação Joaquim Nabuco. Texto completo disponível em: <http://cd.uscapes.capes.gov.br/handle/capes/1000377>.





fundamentam a desigualdade de gênero para discutir sobre como, no contexto atual brasileiro, as questões de gênero fundamentam diferenças significativas no mundo do trabalho.

Utilizamos neste trabalho os estudos de Donna Haraway (2016) e Avtar Brah (2006), para nos ajudar a compreender as questões de racialização do gênero, bem como aprofundar o debate de como as desigualdades não se dão apenas baseadas no gênero, mas também estão associadas a fatores como raça, etnia, classe social, entre outros.

O posicionamento das mulheres Afro-americanas não é o mesmo do de outras mulheres de cor; cada condição de opressão requer análise específica que recusa a separação, mas insiste na não identidade de raça, sexo e classe. Essas questões tornam perfeitamente claro porque uma teoria feminista de gênero adequada deve simultaneamente ser uma teoria da diferença racial nas condições históricas específicas de produção e reprodução (Haraway, 2016, p. 243-244).

A partir dessas inquietações surge a formulação de categorias de articulação ou interseccionalidades, que vão oferecer ferramentas analíticas para entender que gênero não pode ser pensado separadamente de categorias como raça, classe, relações de poder, entre outras. A abordagem baseada na interseccionalidade reconhece a complexidade das identidades e das formas de opressão que as pessoas enfrentam, especialmente quando múltiplos sistemas de opressão, como gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, entre outros, se intersectam e se influenciam mutuamente.

Para aprofundar um pouco mais o debate sobre interseccionalidade, discutiremos aspectos pertinentes trazidos por Carla Akotirene (2020), que reflete sobre a raiz política em que se pauta a teoria interseccional e sobre como perspectivas hegemônicas se utilizam da interseccionalidade de forma indiscriminada, muitas vezes buscando a universalização das experiências femininas negras.

Desse modo, pretendemos explorar os fatores sociais que interferem ou interferiram na construção do feminino frente às novas relações de estruturação da família e da sociedade para compreender por que os diferentes gêneros e sexualidades geram situações de desigualdade, violência e preconceito.

Apresentaremos as principais discussões sobre o debate de gênero para embasar nossas reflexões sobre desigualdades de gênero no mundo do trabalho, trazendo os elementos que fundamentam tais desigualdades no Brasil. Ancoramos nosso debate nas teorias de Scott (1995) para conceituar gênero, Brah (2006), Gonzales (1987), Collins, Bilge (2020) e Akotirene (2020)





para nos apropriarmos sobre os debates de interseccionalidade que serão de fundamental importância para compreendermos as desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

Sob a perspectiva de Louro (1997), debateremos sobre como, na educação, e em especial no espaço da escola, é importante realizar o debate de gênero, uma vez que, por meio dos estudos de gênero, buscamos valorizar as diferenças e fornecer as bases para a formação de indivíduos que sejam capazes de refletir sobre sua realidade e criar possibilidades para construção de uma sociedade menos desigual.

METODOLOGIA

Para desenvolver a intervenção pedagógica, buscamos nos apoiar no princípio da imaginação sociológica proposta por Wright Mills (1969). Segundo o autor, “A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para carreira exterior de numerosos indivíduos” (Mills, 1969, p. 11).

A sequência didática (SD) proposta foi realizada na Escola de Referência em Ensino Médio Professor Cândido Duarte, Recife-PE, para estudantes dos 1º, 2º e 3º anos do ensino médio que se inscreveram na disciplina eletiva ofertada pelo Núcleo de Gênero, entre os meses de agosto e novembro de 2023, totalizando 20 horas-aulas, sendo as 6 primeiras aulas com atividades teóricas e as 4 últimas com atividades voltadas para a construção do produto audiovisual com a temática “Formas de desigualdade associadas a gênero no mundo do trabalho.”

Para escrita do trabalho de conclusão de curso, todas as aulas foram gravadas em áudio e registradas em fotos, contando com autorização dos responsáveis pelos jovens para registro e uso de voz e imagem. Também, foi produzido um diário de campo, registrando após cada aula as impressões sobre o que havia sido vivenciado. Esta organização foi essencial para a posterior análise da intervenção pedagógica, permitindo a produção de um texto detalhado e a visão sobre a prática distanciada do tempo de sua vivência.

Durante nossos encontros, foram propostas leituras de textos teóricos. Utilizamos a cartilha “Diversidades: o bê-á-bá para a compreensão das diferenças” (Lapolli; Paranhos;





Willerding, 2022) em atividades que propunham a discussão das teorias a partir de debates e construção de mapas conceituais. Foram pré-selecionados trechos dos materiais utilizados e, durante a produção das atividades, para melhor compreensão dos aspectos mais complexos das leituras, fazíamos conversas e debates em grupos para que cada estudante pudesse compreender bem cada conceito. Além de textos, utilizamos entrevista produzida pela TV Unicamp no programa Café com Conversa, no qual Regina Facchini conversa com a autora Amara Moira, com o tema “Pensar o sexto e o gênero” (Facchini; Moira, 2018) e a música “Diversidade” (Lenine, 2010), que auxiliaram a estimular o debate e ilustraram os temas abordados em cada aula.

Realizamos também a criação de um produto audiovisual⁴, que recebeu o título “História de muitas: desigualdades de gênero no mercado de trabalho”, que contou com o apoio da equipe do multiHlab - Laboratório Multiusuários em Humanidades, do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional na Fundação Joaquim Nabuco - o qual aportou os equipamentos e bolsistas técnicos capacitados para auxiliar neste trabalho em suas fases de criação, produção, edição e pós-produção. Com roteiro produzido pelos(as) estudantes da disciplina eletiva, apresenta a personagem Luana, uma estudante do ensino médio que sonha em ser engenheira mecânica. Em sua trajetória escolar e profissional, enfrenta preconceitos machistas de uma sociedade patriarcal.

Nossa intervenção pedagógica utilizou a pesquisa-ação de base Freireana como metodologia para a ação educativa. Na “pesquisa-ação é criada uma situação de dinâmica social radicalmente diferente daquela da pesquisa tradicional” (Barbier, 2007, p. 56 apud Fernandes et al, 2019, p. 40). Destarte, procuramos realizar atividades que buscassem envolver os/as estudantes no processo de aquisição dos conhecimentos por meio de uma orientação norteadora, mas que não afasta a autonomia do/da estudante em desenvolver suas habilidades por meio de leituras e diálogos entre outros/outras estudantes para que, ouvindo e falando uns com os/as outros/as, pudessem construir mutuamente seus conhecimentos.

A pesquisa-ação trata-se de uma ferramenta heurística para o conhecimento e a transformação de realidades e práticas sociais. Pode-se afirmar que as principais características da pesquisa-ação são o conhecimento, a procura de uma melhora, a colaboração e a intervenção. Por meio da pesquisa-ação procura-se sempre um câmbio na realidade estudada tentando eliminar por completo a separação do investigador com o investigado (Fernandes et al, 2019, p. 40-41).

4 Vídeo disponível no canal multiHlab no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=3uKqhCFUEYM>





A possibilidade de desenvolver um olhar sobre sua realidade e compreender as teorias de gênero a partir do compartilhamento de vivências e saberes ligados ao conhecimento que está sendo aprendido foi nosso objetivo. Por isso, concordamos que “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 2009, p. 27). Para auxiliar na construção do conhecimento de forma mais efetiva e de maneira a auxiliar os/as discentes no processo de ensino/aprendizagem, além da estratégia metodológica da pesquisa-ação, utilizamos aspectos importantes da aprendizagem significativa de Ausubel.

O conceito central da teoria de Ausubel é o de aprendizagem significativa, processo por meio do qual novas informações adquirem significados por interação (não associação) com aspectos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva, os quais, por sua vez, são também modificados durante esse processo. Para que a aprendizagem possa ser significativa, o material deve ser potencialmente significativo e o aprendiz tem de manifestar uma disposição para aprender (Moreira, 2006, p. 38).

É importante considerar que essas metodologias coadunam com nossa perspectiva pedagógica, uma vez que abordam possibilidades que dialogam com uma proposta de educação libertadora, como preconiza Paulo Freire: “[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. [...]” (Freire, 1987, p. 68). Sendo assim, essas metodologias aliadas a uma temática de extrema relevância para toda a sociedade, que são as desigualdades de gênero no mundo do trabalho, propiciaram reflexões profundas dos/das estudantes que estiveram envolvidos/as na construção de conhecimentos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Buscamos desenvolver nos/nas estudantes a compreensão das teorias de gênero para discutir as “Formas de desigualdade associadas a gênero no mundo do trabalho”. Para tanto, tomamos como base a definição de gênero trazida por Scott: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p. 21).





Para a autora, gênero é uma forma de dar sentido às relações sociais de poder baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, o conceito diz respeito às concepções de masculinidades e feminilidades, e seus impactos nas dinâmicas sociais.

O conceito de gênero foi formulado e reformulado em diferentes momentos da história das teorias sociais. De acordo com Donna Haraway (2004), o termo gênero foi inicialmente utilizado pelo psicanalista americano Robert Stoller em congresso psicanalítico em Estocolmo, em 1963, para se referir ao modelo de identidade de gênero. Tal conceito foi formulado por Stoller para distinguir a ideia de natureza e cultura. Desse modo, sexo estaria vinculado à biologia e gênero teria relação com a cultura.

Stoller afirmava que esse conjunto de possibilidades existe porque a "identidade de gênero", que está no plano da cultura, dos hábitos e dos aprendizados, não deriva dos genitais, que pertencem à natureza, à biologia. Por isso, é preciso separar a natureza da cultura, entendendo que o que define as diferenças de gênero está no âmbito da cultura (Piscitelli, 2009).

Outro importante momento para a discussão de gênero se dá com a antropóloga americana Gayle Rubin com o ensaio “O tráfico de mulheres: notas sobre uma economia política do sexo”, publicado em 1975. As teorias de Rubin sobre gênero fomentam o debate sobre a natureza e as causas da subordinação social da mulher. Rubin (1975) utiliza o termo "sistema sexo-gênero" para descrever a estrutura social complexa que molda a maneira como as sociedades entendem e organizam as diferenças sexuais e de gênero.

Entre outros pontos, Rubin (1975) defende a necessidade de subverter o sistema sexo-gênero opressivo, buscando a igualdade de gênero e a aceitação de diversas identidades de gênero e expressões sexuais. As ideias da teórica sofreram diversas críticas dentro do movimento feminista, dentre as principais, está o fato de que as teorias da autora não abordam satisfatoriamente a intersecção entre gênero e outras formas de opressão, como raça, classe e orientação sexual. Assim, feministas negras e do "Terceiro Mundo"⁵ consideraram que, no sistema sexo/gênero, o foco singular no gênero fazia com que essa categoria obscurecesse ou subordinasse

5 “O termo Terceiro Mundo foi oficialmente adotado pela primeira vez durante a reunião de países asiáticos e africanos, em abril de 1955, na Conferência de Bandung, em Java, na Indonésia. Ele definia os países que se pretendiam não-alinhados às duas superpotências da época: EUA e URSS.” Fonte: Valor Econômico, 15/04/2010, Internacional, p. A13 (acesso em 21/06/2024) <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/461185/noticia.htm>





todas as outras. Sublinhando as diferenças entre mulheres, elas exigiram que gênero fosse pensado como parte de sistemas de diferenças, de acordo com os quais as distinções entre feminilidade e masculinidade se entrelaçam com distinções raciais, de nacionalidade, sexualidade, classe social, idade (Piscitelli, 2009).

Compreender as nuances que envolvem as questões de sexismo e racismo em nosso país pressupõe uma análise do que representa a ideia de gênero e raça em nossa sociedade, uma vez que temos elementos muito particulares que nos trazem problemáticas muito específicas, e resultam de um contexto histórico, político e cultural que possibilita discursos que aprofundam as desigualdades de gênero no Brasil.

No texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Lélia Gonzalez (1984) discute os motivos pelos quais o dominado identifica-se com o dominador e sobre os processos que levam a essa identificação. Para tanto, a autora vai desenvolver sua tese pautando-se nas teorias psicanalíticas para explicar como se dá a lógica da dominação na sociedade brasileira. Lélia Gonzalez ressalta seu lugar de fala no texto como mulher negra para denunciar o racismo e o sexismo e para mostrar como esses dois problemas fundamentam o que ela chama de “Neurose cultural brasileira”. Ao longo do texto explicita também como o racismo produz efeitos ainda maiores na mulher negra.

Para refutar o mito da democracia racial, Gonzalez (1984) vai estabelecer dois conceitos - as noções de consciência e memória, para explicar como se manifestam consciente e inconscientemente os processos de dominação e racismo. O sentido de consciência está ligado ao discurso ideológico que busca encobrir, alienar, fazer esquecer todos os efeitos e danos que o racismo tem em nossa sociedade. Enquanto a memória tem a ver com a vivência e se afirma como a verdade desses processos, de modo que se revela no discurso da consciência. E essa dialética vai ser revelada pela autora com inúmeros exemplos que demonstram como ocorre, na prática, esse processo de ocultação ou tentativa de ocultação do racismo no Brasil.

A autora traz no texto vários exemplos de como as questões de racismo e sexismo são naturalizadas em nossa sociedade. Um dos exemplos trazidos por Gonzalez (1984) é a representação da mulher no carnaval, que é vista com todo o *glamour* e fantasia e, no entanto, quando essas mulheres reaparecem em outros contextos da sociedade como trabalhadoras domésticas ou em outras atividades geralmente de pouco prestígio social, são inferiorizadas e desrespeitadas.





Diante do exposto, buscaremos incorporar a este trabalho os estudos de Donna Haraway (2016) e Avtar Brah (2006), para nos ajudar a compreender as questões de racialização do gênero, bem como aprofundar o debate de como as desigualdades não se dão apenas baseadas no gênero, mas também estão associadas a fatores como raça, etnia, classe social, entre outros.

A partir dessas inquietações surge a formulação de categorias de articulação ou interseccionalidades, que vão oferecer ferramentas analíticas para entender que gênero não pode ser pensado separadamente de categorias como raça, classe, relações de poder, entre outras. A abordagem baseada na interseccionalidade reconhece a complexidade das identidades e das formas de opressão que as pessoas enfrentam, especialmente quando múltiplos sistemas de opressão, como gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência, entre outros, se intersectam e se influenciam mutuamente.

O debate das abordagens que trazem a perspectiva da interseccionalidade são diversificadas. Dentro da abordagem sistêmica, destacamos o pensamento de Kimberlé Crenshaw (1989) que explica a interseccionalidade como formas de perceber a interação entre várias estratégias de subordinação atuando simultaneamente, e, assim, desfaz a ideia de superposição de opressões.

Posto isso, buscaremos ancorar nossas discussões nas teorias de Avtar Brah (2006), que desenvolve seus estudos pautando-se na abordagem construcionista, pois diferente da sistêmica em que “a interseccionalidade aparece voltada para revelar o poder unilateral das representações sociais e as consequências materiais e simbólicas para os grupos atingidos pelos sistemas de subordinação” (Prins, 2006 apud Piscitelli, 2008, p. 268), a construcionista compreende que os processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos não revelam apenas a ação de um poder soberano atuando sobre o sujeito, mas reconhece possibilidades para esse sujeito. “E os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação” (Piscitelli, 2008, p. 268).

Em seu artigo “Diferença, diversidade, diferenciação”, Avtar Brah (2006) esclarece como questões de identidade e diversidade são fundamentais para pensar como se dão as relações de poder e desigualdade. Os conceitos de diferença como identidade, diferença como subjetividade, diferença como relação social e diferença como experiência estão relacionados à discussão sobre diversidade e desigualdade. Cada um deles aborda a maneira como entendemos e interpretamos as





diferenças entre indivíduos e grupos na sociedade. Vamos compreender a interseccionalidade a partir da perspectiva de Brah (2006), que reflete a partir de diferentes categorias, uma vez que não é possível falar de categorias de forma unificada porque há inúmeras variáveis que agem simultaneamente e com intensidades e possibilidades diferenciadas.

É axiomático que o conceito de “diferença” está associado a uma variedade de significados em diferentes discursos. Mas como devemos compreender a “diferença”? No esquema analítico que estou tentando formular aqui, a questão não é privilegiar o nível macro ou micro de análise, mas como articular discursos e práticas inscreve relações sociais, posições de sujeito e subjetividades (Brah, 2006, p. 359).

Assim, um ponto importante nas reflexões de Avtar Brah seria compreender as diferenças. O primeiro tipo de diferença é a “Diferença como Identidade”, que está intimamente ligada às questões de experiência, subjetividade e relações sociais, pois, “identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais” (Brah, 2006, p. 371). É importante ressaltar que essa identidade é singular e relacional, pois apesar das identidades surgirem de experiências vividas nas relações sociais, não espelham a experiência de um grupo, uma vez que as diferenças existem e possibilitam ser quem somos.

A segunda é a “Diferença como subjetividade”. Aqui a subjetividade é compreendida como o lugar onde as coisas e as relações ganham sentido, em que se constrói o vir a ser, as significações. Podemos dizer que a subjetividade guarda os aspectos sociais e subjetivos e assim estrutura e é estruturada pelas diferenças. Desta maneira, para a autora, “precisamos de molduras conceituais que possam tratar plenamente a questão de que os processos de formação da subjetividade são ao mesmo tempo sociais e subjetivos; que podem nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas (Brah, 2006, p. 370).

A terceira é a “Diferença como Relação Social” e está relacionada à maneira como a diferença se estabelece em relações sistemáticas por meio dos discursos econômicos, culturais, políticos e práticas constitucionais (Brah, 2006). A autora também faz uma distinção entre formações sociais e relações sociais, uma vez que as formações sociais estão ligadas ao conceito de local enquanto as relações sociais são as baseadas nas construções sociais.

Por fim, a “Diferença como Experiência” que estaria ligada a um processo de significação para o que chamamos de “realidade”, pois a experiência constitui culturalmente os indivíduos, mas também é a partir da experiência que a pessoa percebe e constrói a cultura.





Esses conceitos mostram distintas maneiras de abordar a questão da diferença na sociedade, ou nas sociedades, desde entendê-la como entidade fixa, bem como experiência complexa e interconectada. Também é necessário ressaltar que a autora traz uma distinção entre “diferença” e “diferenciação”, que apesar de serem termos semelhantes guardam uma grande discrepância em relação ao significado. Enquanto as diferenças existem e enriquecem a vida, as relações, diferenciar é assumir uma autoridade que não nos pertence e dividir, segregar, oprimir. Assim, concordamos com Brah quando explica que “a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política” (Brah, 2006, p. 374).

Com o intuito de aprofundar nosso debate sobre interseccionalidade, buscaremos refletir à luz das discussões desenvolvidas por Collins e Bilge (2020), que trazem valiosas análises para refletirmos sobre a interseccionalidade como ferramenta analítica. Um ponto importante a se ressaltar sobre a interseccionalidade como ferramenta analítica é sobre como riqueza, origem, raça, gênero, entre outras categorias de relações de poder, se interconectam nas mais diferentes situações sociais. As autoras destacam bases importantes para análise das relações interseccionais de poder que nos permitem compreender como se estabelecem essas estruturas na dinâmica social.

A interseccionalidade também nos auxilia a repensar o conceito de disparidade de riqueza, uma vez que passamos a perceber que esse fenômeno não está desconectado das categorias de raça, gênero, idade e cidadania e evidencia que essas diferenças refletem sistemas de poder interligados.

As autoras explicam a importância de pensar a desigualdade econômica a partir do viés interseccional, pois a interseccionalidade propõe uma perspectiva mais aprofundada sobre a desigualdade social que vai além de uma explicação pautada apenas na classe social como categoria fundamental para refletir as desigualdades. A perspectiva interseccional também pode contribuir para construção de políticas públicas capazes de reduzir a desigualdade global, uma vez que proporciona um olhar centrado na complexidade que envolve toda a dinâmica social.

A interseccionalidade nos auxilia a analisar como a violência se organiza em contextos variados e em domínios de poder que produzem desigualdades sociais. Não nos aprofundamos nesse trabalho sobre as questões de violência por termos nos detido a aspectos específicos de desigualdade no mercado de trabalho, mas é fundamental ressaltar como a violência tem sido





uma grande preocupação para os movimentos feministas, entre as lideranças comunitárias e grupos antirracistas e de toda a sociedade de forma geral.

Assim, pensar sobre a violência contra a mulher a partir da interseccionalidade como ferramenta analítica evidencia as relações entre as estruturas que envolvem a problemática, compreendendo a complexidade das identidades, das desigualdades sociais e das opressões que estão envolvidas para possibilitar uma compreensão mais aprofundada da violência e, assim, encontrar meios para combatê-la.

Para aprofundar um pouco mais o debate sobre interseccionalidade, discutiremos aspectos pertinentes trazidos por Carla Akotirene (2020), que reflete sobre a raiz política em que se pauta a teoria interseccional e sobre como perspectivas hegemônicas se utilizam da interseccionalidade de forma indiscriminada, muitas vezes buscando a universalização das experiências femininas negras. Para Akotirene:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2020, p. 19).

A autora atenta para a importância da interseccionalidade ser compreendida principalmente a partir da perspectiva de mulheres negras e faz críticas à criação da ideia de “feminismo interseccional”, pois, segundo Akotirene, a pretensão de substituição do feminismo negro “equivale explorar a riqueza intelectual de África e chamar de modernidade” (Akotirene, 2020, p.31).

Assim, buscamos apresentar as discussões acerca da temática para evidenciar como a interseccionalidade propõe possibilidades de refletir e compreender aspectos importantes sobre desigualdade, não só de mulheres negras, mas de diferentes formas de opressão que atravessam diferentes corpos, principalmente os que estão mais suscetíveis a essas opressões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é simples discutir um tema complexo e que ainda é tão controverso em nossa sociedade. Durante muitos anos, buscou-se silenciar as discussões de gênero na escola, na família, na mídia e ainda hoje vemos esse movimento de tentativa de silenciamento entrando





em ação em projetos de lei e propostas antipedagógicas e antidemocráticas que buscam cercear os movimentos de luta pela igualdade de gênero.

Os debates teóricos realizados desde a primeira aula até o último encontro, no momento de culminância da disciplina eletiva, foram pensados para articular a teoria à prática de maneira que os/as estudantes fossem capazes de compreender como a interseccionalidade atua de maneira complexa e interligada sob múltiplas relações sociais que envolvem desde particularidades a situações mais comuns, que pode estar mais ou menos evidente.

Neste trabalho, propomos um enfoque sobre as questões de gênero e trabalho, no entanto, sabemos que são muitos os vieses e possibilidades de discussão sobre gênero, pois trata-se de um debate extremamente amplo e perpassa por discussões em torno dos conceitos de identidade, diferenças, (trans)sexualidade, movimentos sociais, cultura, violência, questões raciais, entre outros.

Buscamos contribuir com essas vozes que lutam e reivindicam os direitos daqueles(las) que ainda sofrem com as desigualdades, para que a partir da compreensão de como se dão essas construções simbólicas e sociais os/as jovens possam pensar e repensar suas ações para que sejam capazes de atuar na construção de uma sociedade menos desigual.

A experiência adquirida nessa intervenção pedagógica foi uma etapa importante para meu crescimento intelectual, profissional e pessoal, pois, as vivências dessa disciplina me impactaram profundamente e acredito que também tenham impactado os/as estudantes que construíram junto comigo uma relação de muito aprendizado e afeto.

Esperamos ter contribuído, de alguma maneira, com esse debate tão importante que é a desigualdade de gênero, e seguiremos desenvolvendo essas e outras discussões pertinentes à formação dos/das estudantes, esperando que eles/elas sejam capazes de questionar cada vez mais as desigualdades sociais impostas e, assim, possam ajudar a construir uma sociedade mais justa e igualitária.





REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020. 151 p.

BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu. 26, p.329-365, 2006.

COLLINS, P. H. BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, 1989, p.139-167.
<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1052&context=uclf>.

_____, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 10, n. 1, p.171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

DIVERSIDADE. Intérprete e compositor: Lenine. In: LENINE.doc – Trilhas. Intérprete: Lenine. Rio de Janeiro: Casa 9, 2010. 1 CD, faixa 10.

FACCHINI, R. ; MOIRA, A. **Café com Conversa - Pensar o sexo e o gênero**. 2018. Café com Conversa - "Pensar o Sexo e o Gênero" com Amara Moira e Regina Facchini.
<https://www.youtube.com/watch?v=sP0bLGtlmBg>

FERNANDES, G. P. et al. **Metodologias Participativas: saberes, conhecimentos e práticas educativas**. 1º ed, v. 1, Curitiba: CVR, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, P. **Pedagogia da Autonomia**. 36. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. p. 223-244.

HARAWAY, D. **“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 22, p. 201–246, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644638>. Acesso em: 17 ago. 2023.

HIRATA, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, 16(29), 14-27.

_____, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.





_____, H. et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009 (324 p.). **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/14225>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MultiHlab. **História de muitas: desigualdades de gênero no mercado de trabalho**. YouTube, 17 set. 2024. Disponível em: <https://youtu.be/3uKqhCFUEYM>. Acesso em: 16 jun. 2025.

LAPOLLI, E. M.; PARANHOS, W. R.; WILLERDING, I. A. V. **DIVERSIDADES: o bê-á-bá para a compreensão das diferenças**. 1 ed. Florianópolis: Editora Pandion, 2022.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

_____. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5mdHWDNFqgDFQyh5hj5RbPD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2022.

_____, G. L. Corpo, Escola e Identidade. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 25, n. 2, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46833>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MOREIRA, M. A. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implicação em sala de aula**. Brasília: Ed. UnB, 2006.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 17 ago. 2023.

_____, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de. SZWAKO, José (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 118 - 148.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre uma economia política do sexo**. Recife: SOS CORPO, 1993.

SCOTT, J. W. **Prefácio a Gender and politics of History**. Cadernos Pagu. Campinas, v. 3, p. 11- 27, 1994.

_____, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

